

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA  
SETOR DE CORREIÇÃO/2015  
RELATÓRIO**

**04ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO**

**competência em matéria cível**

**Juíza Federal Titular: Dra. Andréa Cunha Esmeraldo**

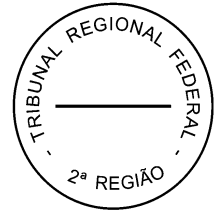
**Juiz Federal Substituto: Dr. Maurício Magalhães Lamha**

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 23 a 27 de novembro de 2015, a correição ordinária eletrônica da 04ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

**RECOMENDAÇÕES:**

1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório.
2. Efetuar a imediata conclusão dos processos ao juiz, após a juntada de petições/cumprimento de diligências.
3. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido.
4. Verificar os processos sob sigilo/segredo de Justiça.
5. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido.
6. Regularizar o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.
7. Observar a correta classificação das sentenças, de forma também a evitar a classificação do tipo de intimação como “vazias”.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

A Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 99-DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 27/05/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

De acordo com a Portaria PR-RJ n.º 1.258, de 21/09/2015, a Procuradora da República, Dra. Zani Cajueiro Tobias de Souza, foi designada para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

**→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES**

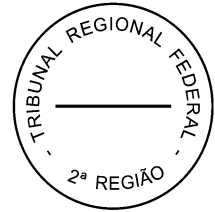
**(Resolução n.º 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução n.º 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução n.º 16/2010, TRF 2ª Região)**

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Titular: Dra. Andréa Cunha Esmeraldo, em exercício desde 23/03/2011.

. Substituto: Dr. Maurício Magalhães Lamha, removido em 07/05/2015.

Obs: A Dra. Karla Nanci Granado, então Juíza Federal Substituta, atuou na 4ª Vara Federal, de 19 de dezembro de 2012, até sua promoção ao cargo de Juíza Federal, com jurisdição na 1ª Vara Federal de Campos, em 26 de março de 2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## → ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 14

Total de Servidores lotados na Vara: 14

Analistas Judiciários: 05

Técnicos Judiciários: 09

Técnico Judiciário/Segurança: 01

Auxiliar Judiciário: 00

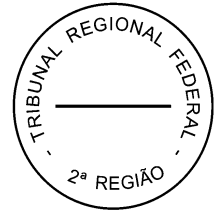
Estagiários: 05

Fonte: Questionário pré-correição.

## → ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo 1ª Instância e Juizados	Correição Outubro/2014	Correição Novembro/2015
Total	2.427	2.430
Suspensos	230	288
Ag. julgamento recurso	810	773
<b>Tramitação ajustada</b>	<b>1.387</b>	<b>1.369</b>

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 2014 e Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de novembro/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**  
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados:

Período	01/11/2014 a 31/10/2015		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	6.237	77,36	18
Decisão	909	11,28	19
Sentença	916	11,36	119
<b>Total Geral</b>	<b>8.062</b>	<b>100,00</b>	<b>30</b>

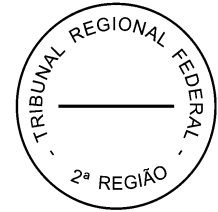
Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 17/11/2015.

- **METAS DO CNJ**  
(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

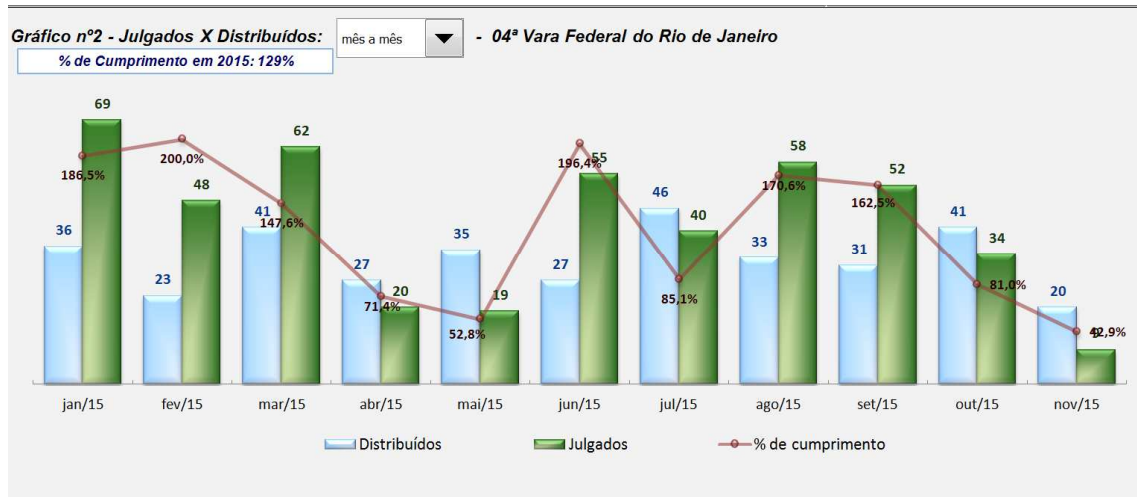
**I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos**

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 129%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 17/11/2015.

## II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

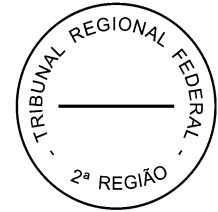
Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: Constatam 80 processos pendentes de julgamento:

- **Autuados até 2010:** 53 processos:
- Sem movimentação há mais de 100 dias: 09

Por amostragem, também foram analisados, **por amostragem**, os seguintes processos:

00157944320104025101 – Trata-se de Ação ordinária, distribuída em 31/08/2010 para a 10ª VF/RJ. Redistribuída para a 04ª VF/RJ em 30/03/2011. Declina a competência pela decisão de 24/08/2011. Suscitado conflito negativo de competência pela 13ª VF/RJ, em 10/05/2013. Retorno dos autos à



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

1ª instância em 26/03/2015. Concluso para sentença desde 30/04/2015, com minuta no Apolo.

00122106520104025101 - Trata-se de Ação ordinária, distribuída em 26/07/2010 para a 02ª VF/RJ. Redistribuída para a 04ª VF/RJ em 30/03/2011. Decisão em 26/05/2011, indeferindo a antecipação de tutela e determinando a citação. Deferida a prova pericial em 13/04/2012. Novo perito designado em 10/03/2014. Vista para manifestação sobre o laudo pericial em 07/05/2014. Requisitados esclarecimentos sobre o laudo pericial em 12/08/2014. Concluso para sentença desde 18/03/2015, com minuta no Apolo.

00232807920104025101 - Trata-se de Ação ordinária, distribuída em 22/12/2010 para a 18ª VF/RJ. Redistribuída para a 04ª VF/RJ em 30/03/2011. Determinada a citação em 10/06/2011. Deferida a prova documental em 04/06/2012. Determinada apresentação de informações em 10/07/2013, 17/02/2014 e 01/10/2014. Concluso para sentença desde 21/01/2015, com minuta no Apolo.

00207709320104025101 - Trata-se de Ação ordinária, distribuída em 18/11/2010 para a 12ª VF/RJ. Indeferida a antecipação de tutela e determinada a citação em 22/11/2010. Redistribuída para a 04ª VF/RJ em 06/04/2011. Deferida a prova pericial em 26/09/2012. Fixados os honorários periciais em 17/09/2013. Vista para manifestação sobre o laudo pericial em 11/09/2014. Requeridos esclarecimentos do perito em 27/11/2014. Concluso para sentença desde 21/01/2015, com minuta no Apolo.

00103953320104025101 - Trata-se de Ação ordinária, distribuída em 13/07/2010 para a 14ª VF/RJ. Decisão em 17/08/2010, deferindo a antecipação de tutela e determinando a citação. Redistribuída para a 04ª VF/RJ em 01/04/2011. Audiência especial de conciliação em 02/05/2012. Deferida a prova pericial em 25/06/2012. Vista para manifestação sobre o laudo pericial em 13/01/2014. Solicitados esclarecimentos do perito em 18/08/2014. Concluso para sentença desde 03/03/2015, com minuta no Apolo.

- Sem movimentação há menos de 100 dias: 44

Por amostragem, também foram analisados, **por amostragem**, os seguintes processos:

00199515920104025101 - Trata-se de Ação ordinária, distribuída em 03/11/2010 para a 01ª VF/RJ. Determinada a citação em 04/11/2010. Redistribuída para a 04ª VF/RJ em 04/04/2011. Determinada a renovação da



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

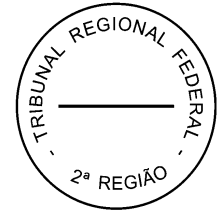
diligência de citação em 18/01/2012, 31/08/2012, 13/09/2012, 22/04/2013. Em provas na data de 29/11/2013. Deferida a prova pericial em 18/08/2014. Apresentação do laudo pericial em 01/09/2015 e deferida vista às partes em 22/10/2015.

00124972820104025101 - Trata-se de Ação ordinária, distribuída em 30/07/2010 para a 30ª VF/RJ. Determinada a citação em 02/08/2010. Redistribuída para a 04ª VF/RJ em 04/04/2011. Audiência especial de conciliação designada para 18/02/2011. Determinada nova citação em 16/01/2012, 08/10/2012, 11/04/2013, 28/10/2013, 09/06/2014 e 17/10/2014. Em provas na data de 09/07/2015. Determinada a renovação da citação em 18/09/2015.

00042704920104025101 – Trata-se de embargos à ação monitória, distribuída em 29/03/2010 para a 30ª VF/RJ. Determinada a citação em 08/04/2010. Redistribuída para a 04ª VF/RJ em 29/03/2011. Determinada nova citação em 15/07/2011. Convertido o mandado inicial em executivo, na data de 13/02/2012. Deferida a penhora *on line* em 16/08/2012 e o bloqueio pelo Renajud em 06/11/2012. Deferida a prova pericial em 11/06/2014. Determinada a remessa dos autos à contadoria em 21/07/2014, 03/02/2015 e 05/05/2015. Concluso para decisão em 07/10/2015, com minuta no Apolo.

00029367720104025101 - Trata-se de Ação ordinária, distribuída em 05/03/2010 para a 30ª VF/RJ. Determinada a citação em 07/06/2010. Decisão em 24/02/2011, indeferindo a antecipação dos efeitos da tutela. Redistribuída para a 04ª VF/RJ em 29/03/2011. Deferida a prova pericial em 14/09/2011. Vista para manifestação sobre o laudo pericial em 07/03/2013. Solicitados esclarecimentos sobre o laudo pericial em 03/10/2013. Sentença convertida em diligência para que as partes se manifestem sobre a ocorrência de coisa julgada, em 18/11/2014. Concluso para sentença em 05/11/2015, com minuta no Apolo.

00005974820104025101 - Trata-se de Ação ordinária autuada em 25/01/2010 e distribuída em 17/03/2010 para a 06ª VF/RJ. Determinada a citação em 30/06/2010. Redistribuída para a 04ª VF/RJ em 31/05/2011. Determinada a apresentação de informações em 17/08/2011, 12/08/2013, 13/11/2013 e 05/02/2014. Determinada a suspensão do feito por 30 dias, em 23/07/2014. Concluso para sentença em 24/11/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ Autuados em 2009: 13 processos

- Sem movimentação há mais de 100 dias: 02

00233339420094025101 – Trata-se de ação ordinária autuada em 13/10/2009 e distribuída, originalmente, para a 21ª VF/RJ. Decisão em 15/10/2009, declinando a competência para um dos JEFs. Recebida a emenda à inicial e determinada a citação em 09/11/2009. Incluído o Estado do Rio de Janeiro no polo passivo, em 08/02/2010. Redistribuído para a 04ª VF/RJ em 14/04/2011. Incluído o RIOPREVIDÊNCIA no polo passivo, em 09/11/2011. Incluída a União no polo passivo, em 17/12/2012. Intimada a parte ré para apresentar informações em 02/07/2013, 27/03/2014 e 25/08/2014. Concluso para sentença em 09/07/2015, com minuta no Apolo.

00100189620094025101 – Trata-se de ação ordinária, originalmente distribuída para a 2ª VF/RJ, em 07/05/2009. Decisão em 12/05/2009, indeferindo a liminar. Redistribuído para a 4ª VF/RJ em 06/04/2011. Decisão em 07/11/2011, determinando a inclusão da União no polo passivo da demanda. Deferida a prova pericial em 14/09/2012, mas revogada pela decisão de 12/11/2012. Concluso para sentença em 19/08/2013, com minuta no Apolo.

- Sem movimentação há menos de 100 dias: 11

Dos quais foram analisados, **por amostragem**, os seguintes processos:

00194547920094025101 – Ação ordinária distribuída em 21/08/2009 para a 07ª VF/RJ. Determinada a produção de prova pericial em 29/10/2009. Determinada nova nomeação de perito em 04/03/2013, 11/04/2014 e 05/08/2014. Vista para as partes acerca do laudo pericial, em 19/06/2015. Último movimento foi intimação do despacho de 23/10/2015, por registro no sistema, **parado desde então**.

00130406520094025101 – Trata-se de embargos à ação monitória, distribuída ao Juízo da 30ª VF/RJ em 17/06/2009. Redistribuída para a 04ª





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

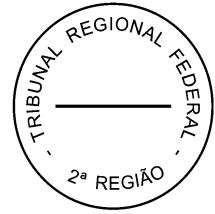
VF/RJ em 01/04/2011. Decisão em 04/04/2011, autorizando a parte autora a promover consultas para localização do endereço da ré. Despacho em 05/07/2012, para que a CEF se manifeste acerca dos embargos monitórios. Decisão em 29/01/2013, deferindo a prova pericial. Vista para as partes acerca do laudo pericial, em 14/01/2014. Requeridos esclarecimentos acerca do laudo em 28/04/2014 e 14/08/2014. Determinada a adequação do laudo pericial em 10/07/2015, com data forma de publicação em 30/11/2015.

**Parado desde então.**

00288342920094025101 – Trata-se de ação ordinária distribuída em 22/12/2009 para a 08ª VF/RJ. Decisão em 07/01/2010, indeferindo o pedido de antecipação dos efeitos da tutela e determinando a citação. Designada audiência especial de conciliação para 05/10/2010. Redistribuída para a 04ª VF/RJ em 01/04/2011. Deferida a prova pericial em 13/09/2012. Deferido o parcelamento dos honorários periciais e determinada a suspensão do feito até a integralização dos depósitos. Designada audiência especial de conciliação para 28/11/2013. Nomeado novo perito em 16/06/2014. Designada audiência especial de conciliação para 08/06/2015. Vista para as partes acerca dos esclarecimentos prestados sobre laudo pericial, em 18/09/2015. Movimentação cartorária do tipo “expedir alvará” em 19/11/2015, **parado desde então.**

00272858120094025101 – Trata-se de ação ordinária distribuída em 04/12/2009 para a 30ª VF/RJ. Em provas, na data de 17/09/2010. Redistribuída para a 04ª VF/RJ em 01/04/2011. Deferida a prova pericial em 18/01/2012. Nomeado novo perito em 02/05/2013, 23/01/2014, 18/02/2014, 10/06/2014 e 05/08/2014. Vista para as partes acerca dos esclarecimentos prestados sobre laudo pericial, em 05/06/2015. Concluso para despacho desde 23/11/2015, sem minuta no Apolo.

00099651820094025101 – Trata-se de ação ordinária distribuída em 07/05/2009 para a 30ª VF/RJ. Decisão em 08/05/2009, deferindo em parte a antecipação dos efeitos da tutela e determinando a citação. Em provas na data de 17/08/2010. Redistribuído para a 04ª VF/RJ em 01/04/2011. Determinada a alteração do polo passivo da CEF pela FNDE em 04/04/2011,



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

reconsiderada em 15/06/2011. Deferida prova pericial em 30/03/2012. Determinada a exclusão da FNDE do polo passivo em 29/05/2012. Nomeado novo perito em 09/10/2012 e 10/03/2014 . Vista às partes acerca do laudo pericial em 07/05/2014. Requerimento de esclarecimentos acerca do laudo pericial em 29/08/2014. Determinada a complementação do laudo em 06/11/2014 e 20/08/2015. Última conclusão de 20/08/2015, com publicação formal em 27/10/2015, **sem movimentação desde então.**

➔ Autuados em 2008: 04 processos

- Sem movimentação há menos de 100 dias: 04

05099225820084025101 – Trata-se de Ação ordinária de cobrança proposta pela CEF em 17/07/2008, inicialmente distribuída para a 16ª VF/RJ. Determinada a citação em 21/07/2008 e 22/05/2009. Redistribuição do feito à 04ª VF/RJ, em 06/04/2011. Determinada nova citação em 23/07/2012, 05/03/2013 e 24/03/2014. Determinada a suspensão do feito em 28/07/2014, pelo prazo de 180 dias. Concluso para despacho em 12/11/2015, sem minuta no Apolo.

05096627820084025101 – Trata-se de ação de responsabilidade civil, autuado em 11/07/2008 e distribuída inicialmente à 07ª VF/RJ. Decisão em 19/08/2010, indeferindo a prova testemunhal e deferindo a prova pericial. Redistribuído o feito à 04ª VF/RJ em 01/04/2011. Nova designação de perito em 27/01/2012 e 04/06/2013. Designada audiência para 26/05/2015 e posteriormente para 02/07/2015. Concluso para sentença em 07/10/2015, com minuta no Apolo.

00094311120084025101 – Trata-se de ação ordinária, distribuída em 17/06/2008 para a 24ª VF/RJ. Decisão em 28/10/2008, indeferindo a antecipação dos efeitos da tutela. Deferida a prova pericial em 24/04/2009. Redistribuição do feito para a 4ª VF/RJ em 05/04/2011. Nomeado perito em 08/07/2011 e 23/08/2012. Determinada à parte autora a realização de exames complementares em 11/03/2014. Nova nomeação de perito em 02/03/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Vista deferida acerca do laudo pericial em 18/05/2015. Requeridos esclarecimentos ao perito em 03/09/2015. **Juntada em 05/11/2015, sem movimento posterior.**

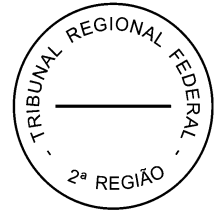
00009047020084025101 – Trata-se de ação ordinária distribuída originariamente à 16ª VF/RJ, em 23/01/2008. Decisão em 24/01/2008, indeferindo a antecipação dos efeitos da tutela. conclusão determinando a citação em 23/10/2009, sendo tal despacho intimado apenas em 10/12/2010. Em réplica na data de 17/03/2011. Redistribuído o feito para a 04ª VF/RJ e, 07/04/2011. Deferida a prova pericial e nomeado o perito em 11/04/2012. Vista deferida acerca do laudo pericial em 10/03/2014. Decisão em 02/09/2014, julgando prejudicada a perícia realizada e nomeando novo perito para realização da perícia. Vista deferida acerca do laudo pericial em 25/02/2015. Concluso para sentença em 09/10/2015, sem minuta no Apolo.

➔ Autuados em 2007: 02 processos

- Sem movimentação há menos de 100 dias: 02

00228607920074025101 – Trata-se de Ação de cobrança de taxa de ocupação cumulada com rescisão de permissão de uso e reintegração de posse proposta em 03/02/2000 pela extinta RFFSA. Distribuição por dependência à 21ª VF/RJ, em 14/09/2007. Decisão em 30/05/2008, indeferindo a liminar e determinando a integração dos herdeiros da falecida permissionária do bem. Determinada a citação em 20/07/2009. Redistribuição do feito em 13/04/2011 para a 4ª VF/RJ. Determinada nova habilitação de sucessores em 02/08/2011. Determinada nova citação em 04/07/2013. Indeferida o prova testemunhal e deferida a prova pericial em 27/05/2014. Deferida vista acerca do laudo pericial apresentado, em 14/01/2015. Determinada apresentação de esclarecimentos pelo perito, em 17/03/2015 em 12/08/2015. Concluso para despacho em 25/11/2015, sem minuta no Apolo.

00218388320074025101 – Trata-se de ação de responsabilidade civil, sobre o notório caso da “Cidade dos meninos”, protocolada em 22/08/2007 e



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

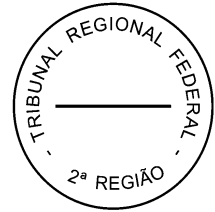
inicialmente distribuída à 07ª VF/RJ. Decisão na impugnação do valor da causa em 18/04/2008. Deferida a prova pericial em 13/10/2010. Redistribuído o feito à 4ª VF/RJ, em 04/04/2011, a qual declinou sua competência em 09/05/2011. Decisão em 22/08/2011 suscitando conflito negativo de competência, pela 2ª VF de Duque de Caxias. Decisão do TRF2, em 07/02/2012, fixando a competência da 4ª VF/RJ. Deferida a prova documental e indeferida a prova oral, em 12/11/2012. Nova nomeação de perito em 06/03/2013 e 04/09/2013. Laudo pericial apresentado em 15/01/2015. Determinada a intimação do perito para que esclarecimentos em 03/11/2015, sob pena de incidência de multa diária. **Último movimento foi intimação do despacho por registro do sistema em 09/11/2015, estando parado desde então.**

- ➔ Autuados em 2006: 03 processos
- Sem movimentação há mais de 100 dias: 01

00187385720064025101 – Trata-se de ação ordinária, objetivando o reconhecimento da condição de anistiado político, autuada em 02/10/2006. Autos redistribuídos para a 04ª VF/RJ em 03/04/2011. Audiência de oitiva de testemunhas realizada em 25/09/2012, onde foi deferido prazo de 15 dias para alegações finais. Conclusão para sentença em 24/01/2013, com minuta no Apolo.

- Sem movimentação há menos de 100 dias: 02

00221084420064025101 – Trata-se de ação ordinária, autuada em 17/11/2015. Suspenso o processo em 13/05/2011, diante da incapacidade atestada do autor. Determinada a expedição de mandado de verificação da situação atual do auto e nomeação de eventual curador em 07/10/2014. Concluso para despacho em 10/11/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

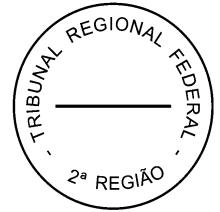
00067738220064025101 – Trata-se de ação ordinária, autuada em 24/04/2006. . Deferida a prova pericial médica em 15/09/2009. Laudo pericial em 06/07/2011. Vista às partes do novo laudo, deferida pelo despacho de 02/06/2014. Conclusão para sentença em 28/04/2015, convertida em diligência, para que a União se manifeste acerca da concessão de reforma do autor. Conclusão para despacho em 24/11/2015, sem minuta no Apolo.

- ➔ Autuados em 2000: 01 processo
- Sem movimentação há menos de 100 dias: 01

00312014120004025101 – Trata-se de ação de consignação de aluguel. Nomeado novo perito em 18/02/2011. Designada audiência especial, em regime de mutirão do SFH, para 02/04/2014, a qual suspendeu o processo pelo prazo de 90 dias, diante da viabilidade de acordo. Vista às partes acerca do laudo pericial deferida em 02/07/2014. Audiência de conciliação designada para 27/05/2015, havendo nova suspensão por 90 dias. Concluso para despacho em 16/11/2015, sem minuta no Apolo.

- ➔ Autuados em 1994: 02 processos
- Sem movimentação há mais de 100 dias: 01

00482588219944025101 – Trata-se de ação de consignação de aluguel, autuada em 07/12/2014. Designada audiência especial, em regime de mutirão do SFH, para 09/06/2015, a qual acabou não realizada. Encontra-se remetido ao perito desde 30/07/2015, acompanhando o processo apensado (procedimento ordinário nº 0020313-18.1997.4.02.5101).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- Sem movimentação há menos de 100 dias: 01

00476586119944025101 – Trata-se de ação ordinária de cobrança, autuada em 29/11/1994. Designada audiência especial, em regime de mutirão, para 02/12/2011, onde não houve acordo. Suspenso o feito pelo prazo de 180 dias, em 22/01/2015, diante de nova certidão negativa de citação. Último movimento foi intimação por publicação em 09/11/2015, do despacho de 15/10/2015.

→ Autuados em 1989: 01 processo

- Sem movimentação há menos de 100 dias: 01

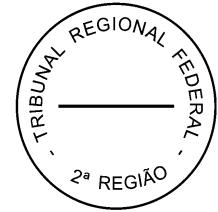
00279847319894025101 – Trata-se de ação ordinária, autuada em 09/11/1989. Determinado novo requerimento de habilitação em 21/05/2015. Último movimento foi juntada em 06/11/2015. **Verificar a existência de sentença de mérito e, em caso positivo, providenciar seu cadastro no sistema processual Apolo.**

→ Autuados em 1964: 01 processo

- Sem movimentação há menos de 100 dias: 01

01506993919004025101 – Trata-se de ação de desapropriação, autuada em 11/09/2015. Laudo pericial juntado em 06/10/2012. Concluso para sentença, nada data de 13/04/2015, mas convertido em diligência para determinar que o expropriante promova a habilitação dos sucessores da parte ré. Último movimento foi juntada em 12/11/2015.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 17/11/2015, análise eletrônica dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até 17/11/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.**

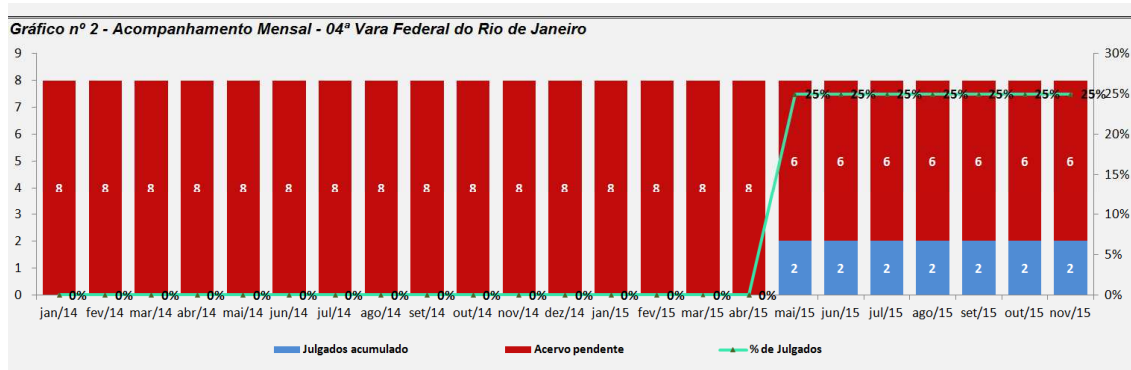
(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

**Não se aplica.**

**IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)**

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Situação: Existem 06 processos de improbidade administrativa, sendo 04 com última movimentação com menos de 100 dias e 02 com última movimentação com mais de 100 dias, como ilustra o gráfico a seguir:



Por amostragem, também foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00482845020124025101 – Trata-se de Ação Civil Pública de improbidade administrativa, protocolada em 28/11/2012. Recebida a inicial e deferida a liminar em 15/08/2013. Recebida a inicial em 11/06/2015. Último movimento foi publicação de ato ordinatório em 28/10/2015.

00412719720124025101 - Trata-se de Ação Civil Pública, protocolada em 26/07/2012. Deferida a liminar em 07/12/2012. Recebida a inicial em 12/08/2013. Designada audiência para 11/02/2014. Encontra-se concluso para sentença desde 25/08/2015, **sem minuta no Apolo.**

00412728220124025101 - Trata-se de Ação Civil Pública, protocolada em 26/07/2012. Recebida a inicial e deferida a liminar em 19/12/2012. **Encontra-se com sigilo de peças sem que, s. m. j., tenha sido localizada determinação para tal.** Encontra-se concluso para sentença desde 30/01/2015, **com minuta no Apolo.**

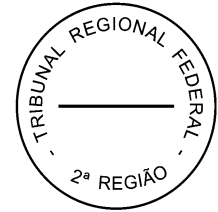
00221825420134025101 – Trata-se de Ação Civil Pública de improbidade administrativa, protocolada em 12/08/2013. Deferida parcialmente a liminar em 19/12/2013. Inicial recebida em 17/02/2014. **Concluso para sentença desde 14/01/2015, sem minuta no Apolo.**

00321951520134025101 - Trata-se de Ação Civil Pública de improbidade administrativa, protocolada em 12/12/2013. Recebida a inicial e indeferida a liminar em 19/12/2013. **Concluso para sentença desde 08/09/2015, sem minuta no Apolo.**

01211598120134025101 - Trata-se de Ação Civil Pública de improbidade administrativa, protocolada em 18/07/2013. Recebida a inicial em 06/11/2013. Designada audiência para 17/07/2014. **Concluso para sentença desde 07/08/2014, sem minuta no Apolo.**

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 18/11/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até 18/11/2015.



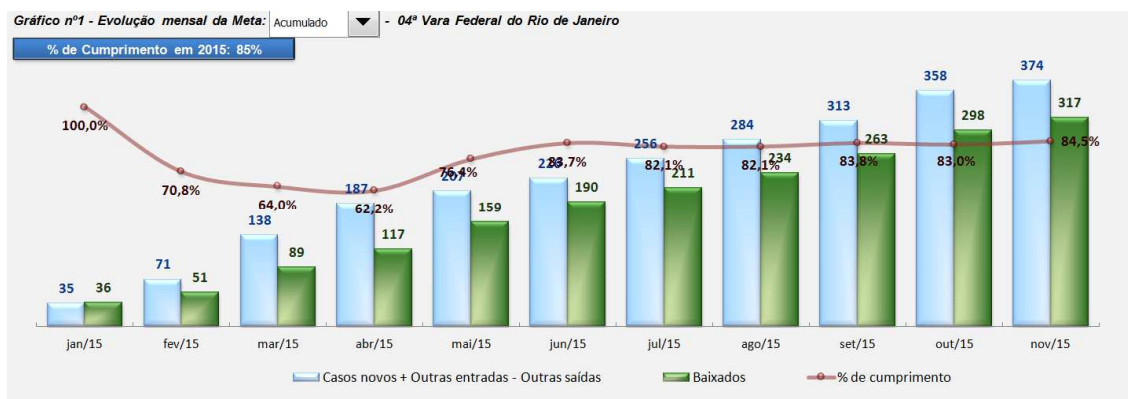


PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).**

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

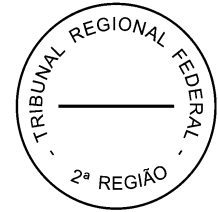
De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 85%**, como ilustra o gráfico a seguir:



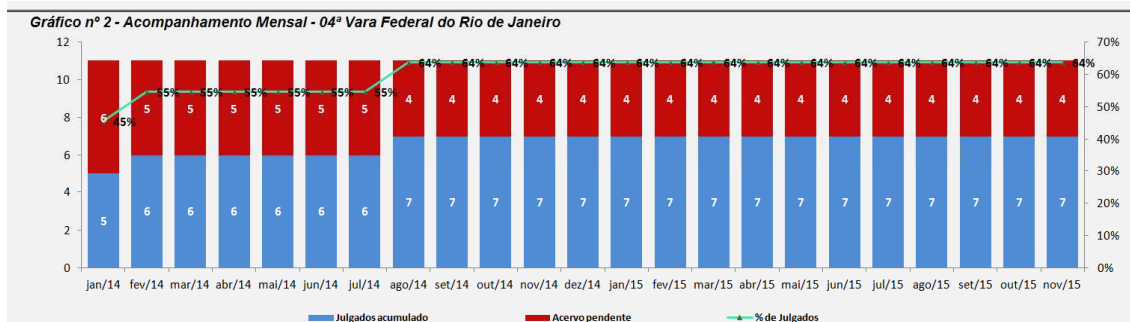
**VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)**

Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

Situação: de acordo com o gráfico obtido no Portal de Estatísticas, o percentual de cumprimento desta Meta é de **64%**, havendo 04 processos pendentes, como se verifica a seguir:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Por amostragem, também foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

Última movimentação há mais de 100 dias:

00412728220124025101 – Vide Meta 04.

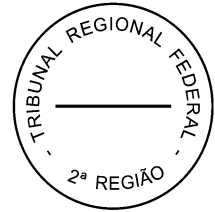
00490743420124025101 - Trata-se de Ação Civil Pública, protocolada em 11/12/2012. Indeferida a liminar em 02/04/2013. Encontra-se concluso para sentença desde 24/11/2014, **com minuta no Apolo.**

Última movimentação há menos de 100 dias:

00182789420114025101 - Trata-se de Ação Civil Pública, protocolada em 22/11/2011. Decisão saneadora em 12/11/2014. **Último movimento foi publicação de ato ordinatório em 17/11/2015.**

00412719720124025101 – Vide Meta 04.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 17/11/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, **posição até 17/11/2015.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

**Não se aplica**

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 17/11/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até 17/11/2015.

**VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.**

**Não se aplica**

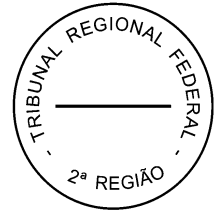
Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 17/11/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até 17/11/2015.

**→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:**

**MATÉRIA CÍVEL**

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), referente ao mês de outubro/2015, emitidos em 17/11/2015, verificou-se a seguinte situação:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (Classes 2002, 2004, 2007, 2009, 2010):**

Total: 03  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 00  
Em trâmite: 03

Foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0082065-58.2015.4.02.5101 – Inicial protocolada em 27/07/2015. Concluso para sentença em 11/11/2015, sem minuta no Apolo.

0086973-61.2015.4.02.5101 – Inicial protocolada em 07/08/2015. Último movimento foi certidão, elaborada pelo cartório em 17/11/2015.

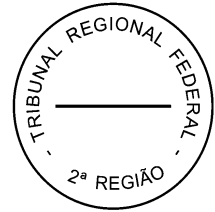
0024670-11.2015.4.02.5101 – Inicial protocolada em 13/03/2015. Sentença sem julgamento do mérito em 31/08/2016. **Último movimento foi a juntada de contrarrazões em 27/10/2015, sem movimento desde então.**

**. AÇÃO POPULAR (Classes 6002, 6004, 6005):**

Total: 01  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 00  
Em trâmite: 01

Foi analisado, eletronicamente, o seguinte processo:

0506190-25.2015.4.02.5101 – Ação popular autuada na Justiça Estadual. Determinada a citação em 09/04/2015. Decisão declinando competência para Justiça Federal em 03/07/2015. Autuada na Justiça Federal em 01/10/2015. Concluso para despacho em 07/10/2015, com minuta no Apolo.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**. AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Classes 6001, 6003, 6006, 6007, 6008, 6009):**

Total: 22  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 02  
Em trâmite: 20

Por amostragem, também foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

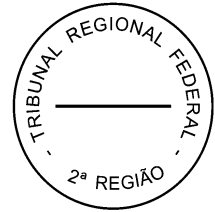
0030328-16.2015.4.02.5101 – Inicial protocolada em 26/03/2015. Determinada a oitiva da parte ré em 01/04/2015. Decisão em 22/05/2015, indeferindo o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Determinada a citação em 01/07/2015. Concluso para sentença em 10/11/2015, sem minuta no Apolo.

0037373-71.2015.4.02.5101 – Inicial protocolada em 13/04/2015. Decisão em 22/05/2015, indeferindo o pedido de antecipação dos efeitos da tutela e determinando a citação. Deferida a produção de prova documental, na data de 21/08/2015. Concluso para sentença em 10/11/2015, sem minuta no Apolo.

0000826-66.2014.4.02.5101 - Inicial protocolada em 15/01/2014. Determinada a notificação da parte ré pelo despacho de 23/01/2014, o qual foi revogado pela decisão de 24/11/2014, que determinou, por sua vez, a citação da parte ré. Indeferida a antecipação dos efeitos da tutela pela decisão de 06/08/2015. Concluso para sentença em 10/11/2015, sem minuta no Apolo.

0008716-56.2014.4.02.5101 – Inicial protocolada em 02/07/2014. Determinada a citação em 29/07/2014. Decisão em 16/01/2015, deferindo parcialmente a antecipação dos efeitos da tutela. Designada audiência especial para 26/03/2015. Ratificada a decisão que antecipou os efeitos da tutela, em 02/06/2015. Reconsiderada parcialmente a decisão agravada, em 13/08/2015. **Último movimento foi juntada, em 23/10/2015, estando o processo parado desde então.**

0018278-94.2011.4.02.5101 – Vide Meta 6.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0041271-97.2012.4.02.5101 – Vide Meta 4.

0041272-82.2012.4.02.5101 – Vide Meta 4.

0049074-34.2012.4.02.5101 – Vide Meta 6.

0120229-29.2014.4.02.5101 - Inicial protocolada em 28/04/2014. Determinada a notificação da parte ré, em 29/04/2014 e sua citação, em 24/11/2014. Decisão em 26/03/2015, suspendendo o feito até que sobrevenham informações que possibilitem a citação. **Último movimento foi devolução de remessa, em 10/11/2015, estando o processo parado desde então.**

0026048-02.2015.4.02.5101 – Inicial protocolada em 18/03/2015. Determinada a notificação da parte ré em 27/03/2015. Decisão em 09/10/2015, recebendo a inicial e determinando a citação do réu. **Último movimento foi juntada, em 11/11/2015, estando o processo parado desde então.**

0119011-29.2015.4.02.5101 - Inicial protocolada em 21/09/2015. Determinada a notificação da parte ré em 21/09/2015. Deferido o ingresso da CEF com assistente simples da parte autora, em 07/10/2015. **Último movimento foi juntada, em 11/11/2015, estando o processo parado desde então.**

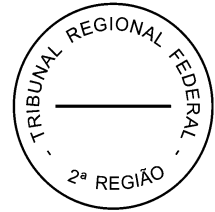
0022182-54.2013.4.02.5101 – Vide Meta 4.

0032195-15.2013.4.02.5101 – Vide Meta 4.

0048284-50.2012.4.02.5101 – Vide Meta 4.

0101030-21.2014.4.02.5101 – Inicial protocolada em 14/01/2014. Decisão em 22/01/2014, deferindo parcialmente a liminar. Decisão retificada em 17/02/2014, por embargos de declaração. Decisão em 25/03/2014, reconsiderando em parte a decisão, para deferir a medida liminar. Decisão em 06/06/2014, recebendo a inicial e determinando a citação dos réus. Deferida a juntada de prova documental em 03/11/2014. **Concluso para sentença desde 30/01/2015, sem minuta no Apolo.**

0121159-81.2013.4.02.5101 – Vide Meta 4.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

0135684-34.2014.4.02.5101 – Inicial protocolada em 07/07/2014. Determinado o desmembramento do feito e decretado o segredo de justiça, em 20/10/2014. Deferido o pedido liminar em 25/11/2014. Decisão em 18/03/2015, recebendo a inicial e determinando a citação. Deferida a juntada de prova documental suplementar em 17/04/2015. Designada audiência de oitiva de testemunha para 29/06/2015 e, posteriormente, para continuidade, em 02/09/2015. Concluso para sentença desde 13/11/2015, sem minuta no Apolo.

**. AÇÃO DE USUCAPIÃO (Classe 5009):**

Total: 02  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 00  
Em trâmite: 02

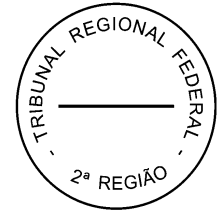
Foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0008457-61.2014.4.02.5101 – Ação de usucapião protocolada em 26/06/2014. Determinada a citação em 27/08/2014. Em réplica na data de 14/08/2015. Conclusão de 02/10/2015, com despacho publicado em 21/10/2015.

0020357-80.2010.4.02.5101 – Processo originário da Justiça estadual, protocolado em 06/04/2000. Feito julgado parcialmente extinto sem resolução do mérito em relação a alguns autores, em 13/03/2015, bem como decretada a revelia dos réus, exceto da Sociedade Imob. Nacional e da União. Concluso para despacho em 29/10/2015, com minuta no Apolo.

**. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO (Classes 5010, 5018):**

Total: 02  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 00  
Em trâmite: 02



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0122509-66.1900.4.02.5101 – Ação de desapropriação, protocolada em 04/12/1978. Laudo pericial datado de 08/10/2005. Sentença Tipo A, em 21/06/2013. Trânsito em julgado na data de 05/06/2014. Determinada a expedição de mandado translativo de domínio do imóvel em 30/06/2014. Último despacho em 21/10/2015, publicado em 05/11/2015. Processo encontra-se remetido para AGU, desde 06/11/2015, pelo prazo de 15 dias para manifestação.  
0150699-39.1900.4.02.5101 – Vide Meta 2.

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraídos em 17/11/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, **posição até 17/11/2015**.

## . DEMAIS PROCESSOS

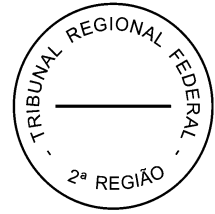
Apesar da especialização da 4ª Vara Federal do Rio de Janeiro em matéria cível, foi localizado, no acervo do juízo, 01 processo de matéria criminal no mapa extraído em 17/11/2015, com entrada em plantão.

Sendo assim, foi analisado o seguinte processo:

0500189-24.2015.4.02.5101 – Trata-se de Comunicação de Prisão. Decisão, em regime de plantão, na data de 20/09/2015, às 11:21h, determinando a comunicação à DPU e ao MPF. Posterior decisão, em regime de plantão, da 23ª VF/RJ, em 20/09/2015, às 17:13h, homologando o auto de prisão em flagrante e mantendo a custódia do réu até a vinda de informações. Distribuição para 01ª VF de Macaé, em 21/09/2015.

Mapas: Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao mês de outubro/2015, Planilha Apolo Excel - Intimados, Portal de Estatísticas, acervo por classe e situação do processo, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Sistema Apolo, **posição até 17/11/2015**.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **AUDIÊNCIAS (DE 01/11/2014 A 31/10/2015)**  
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 53 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 06/11/2014 e a última de 22/10/2015.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

→ **PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS**  
(FÍSICOS/VIRTUAIS)

**INICIAIS**

(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Foi localizado o local virtual “*Conclusos – despacho inicial*”, com zero documentos, em 23/11/2015, às 18:53h.

De acordo com o questionário pré-correição:

*“Cumpre assinalar que as petições iniciais (exclusivamente eletrônicas) são recebidas no balcão de entrada do juízo e, nos casos da competência especializada por força da Resolução T2-RSP-2012/00063, submetidas imediatamente aos Magistrados competentes, de acordo com os finais pares e ímpares, tanto quanto a cada conclusão aberta no curso do processo.*

*Nos demais casos, as iniciais são analisadas pelos dois Supervisores lotados na Secretaria, ficando um deles responsável pela análise das prevenções, que se encarrega da emissão da certidão pertinente e elaboração da minuta de despacho aplicável ao caso para encaminhamento aos Magistrados, e o outro, pela análise das iniciais distribuídas, com posterior*



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

*lançamento do despacho inicial ou encaminhamento para o Gabinete nos casos de pedidos de tutela antecipada ou liminar, que, em regra, são analisados de imediato por servidor do apoio ao Gabinete, ou, quando isso não é possível, no prazo médio de 48 (quarenta e oito) horas, passando-se, em seguida, à apreciação dos Magistrados competentes.”*

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.2, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 23/11/2015, às 18:53h, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

## **BALCÃO DE ENTRADA**

Documentos: 108

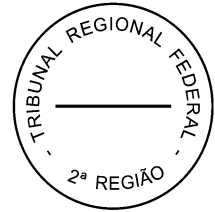
Sendo o mais antigo a petição 2015.3000.202044-7, referente ao processo nº 0015678-95.2014.4.02.510, datando de 15/05/2015.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 23/11/2015, às 18:50h.

## **SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)**

De acordo com o Questionário pré-correição:

*“Recebidos os autos nesta Serventia, nos casos relativos à competência especializada, o processo é submetido imediatamente aos Magistrados. Nos demais casos, o servidor responsável pela autuação e análise das iniciais verifica, primeiramente, a existência ou não de termo de prevenção, prosseguindo da seguinte forma:*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**a) Havendo termo de prevenção:**

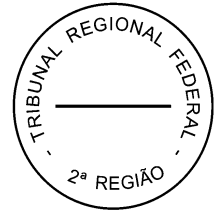
*O servidor responsável coteja os elementos da ação correspondente ao processo distribuído com os da ação que gerou a prevenção. Caso considere que seja hipótese de prevenção, o servidor passa, imediatamente, a efetuar o cadastro de custas no Sistema Apolo e analisar a exordial. Havendo pedido de tutela de urgência (antecipações de tutela e liminares), após o cadastramento das custas, os autos são remetidos ao Gabinete para análise de tal pedido. Não havendo pedido de tutela de urgência, o servidor responsável, após análise da exordial, elabora minuta e a submete ao Magistrado competente.*

*Se verificada a inexistência de prevenção entre os feitos, é elaborada certidão analítica e minuta de despacho a serem submetidos ao magistrado”.*

Por sua vez, segundo o Relatório de Inspeção Anual entregue pelo juízo correicionado:

*“Constatou-se que vem sendo observadas as normas pertinentes no que se refere à análise de prevenção, litispendência e coisa julgada. No caso de prevenção, faz-se lançar certidão pelo servidor responsável, indicando as partes e o objeto do feito que foi apontado com prevento, para subsidiar eventual decisão pela remessa à livre distribuição, o que é realizado, em geral, no mesmo dia ou no dia imediatamente seguinte ao recebimento do processo”.*

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1, e Relatório de Inspeção Anual, item 08, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/08298, de 22/05/2015, realizada no período de 04 a 08/05/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO  
(Arts. 227 da CNCR)**

Posição em	17/11/2015
Conclusão até	16/11/2015

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	99	68,28
Decisão	3	2,07
Sentença	43	29,66
<b>Total Geral</b>	<b>145</b>	<b>100,00</b>

Por amostragem, também foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

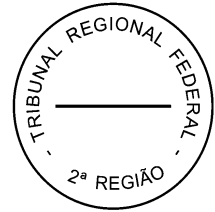
**Despacho:**

00188098320114025101 – Concluso desde 10/07/2015, com minuta no Apolo.  
00332093920104025101 - Concluso desde 16/07/2015, sem minuta no Apolo.  
00203551320104025101 - Concluso desde 20/08/2015, sem minuta no Apolo.  
00194682920104025101 - Concluso desde 30/09/2015, com minuta no Apolo.  
00053310320144025101 - Concluso desde 04/09/2015, sem minuta no Apolo.

**Decisão:**

00237827719944025101 - Concluso desde 19/08/2015, com minuta no Apolo.  
00055695219964025101 - Concluso desde 17/09/2015, com minuta no Apolo.  
00654612220154025101 - Concluso desde 14/09/2015, com minuta no Apolo.

**Sentenças:**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00187385720064025101 - **Concluído desde 24/01/2013**, com minuta no Apolo.  
00100189620094025101 - **Concluído desde 19/08/2013**, com minuta no Apolo.  
00146847220114025101 - **Concluído desde 21/03/2014**, sem minuta no Apolo.  
00200901120104025101 - **Concluído desde 20/03/2014**, com minuta no Apolo.  
00323501820134025101 - **Concluído desde 13/03/2014**, com minuta no Apolo.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 17/11/2015.**

**TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:**  
**(Arts. 228 da CNCR)**

**Parados - Apolo (Outras Classes):**

Posição em	17/11/2015
Último Movimento até	16/11/2015

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	86	84,31
Mais de 60	16	15,69
<b>Total Geral</b>	<b>102</b>	<b>100,00</b>

Por amostragem, também foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

Parados há mais de 60 dias:

00183343020114025101 – Último movimento foi juntada, em 24/06/2015.

00067835820084025101 - Último movimento foi suspensão por cumprimento de Precatório/RPV, em 16/06/2015.

00491785619944025101 - Último movimento foi devolução de remessa ao TRF 2ª Região, em 01/06/2015.

00148240420144025101 - Último movimento foi intimação de despacho por publicação, em 06/07/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

05034786220154025101 - Último movimento foi certidão de que foi expedida carta precatória, via malote digital, em 18/09/2015.

Parados entre 31 e 60 dias:

00000723720154025151 - Último movimento foi devolução de remessa, em 25/09/2015.

00338510720134025101 - Último movimento foi intimação de despacho por publicação, em 22/09/2015.

00095055520144025101 - Último movimento foi juntada, em 29/09/2015.

00104391320144025101 - Último movimento foi movimentação cartorária, tipo juntada de mandado, em 22/09/2015.

00205303120154025101 - Último movimento foi devolução de remessa, em 22/09/2015.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 17/11/15.**

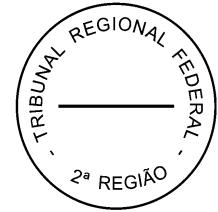
**DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)**  
**(Arts. 180 e 318 da CNCR).**

Aguardando juntada em novembro/2015, 28 documentos, sendo o mais antigo de novembro/2015, referente ao processo n.º 0045233-61.1994.4025101:

De acordo com o Relatório de Inspeção Anual:

*“Verificou-se que houve incremento do número de petições a serem juntadas comparativamente ao volume existente quando das Inspeções Anuais anteriores, mas, apesar disso houve melhora considerável no tempo de juntada, o que não tem ultrapassado, em regra, 05 (cinco) dias”.*

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 17/11/2015, e Relatório de Inspeção Anual, item 5, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/08298, de 22/05/2015, realizada no período de 04 a 08/05/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).**

Existem os seguintes locais de controle de prazo:

. Virtuais:

Ag. Envio Publicação: Existem 142 documentos, sendo o mais antigo de 10/11/2015.

Ag. Devolução Mand. – Monitória e exec. Extrajudicial: Existem 57 documentos, sendo o mais antigo de 05/10/2015.

Ag. Devolução Mandados – Geral: Existem 25 documentos, sendo o mais antigo de 05/10/2015.

Aguard. Resposta de Ofício: Existem 12 documentos, sendo o mais antigo de 02/06/2015.

Aguardando Devolução – Carta Precatória/Rogatória: Existem 23 documentos, sendo o mais antigo de 26/10/2015.

MS Prazo autor: Existem 02 documentos, sendo o mais antigo de 12/11/2015.

MS Prazo réu: Existem 03 documentos, sendo o mais antigo de 27/11/2015.

Perícia – Prazo: Existem 07 documentos, sendo o mais antigo de 15/10/2015.

Prazo – Processos Urgentes: Existem 19 documentos, sendo o mais antigo de 03/11/2015.

Prazo autor: Existem 16 documentos, sendo o mais antigo de 26/11/2015.

Prazo CEF: Existem 28 documentos, sendo o mais antigo de 11/11/2015.

Prazo Fazendo Pública – art. 730: Existem 06 documentos, sendo o mais antigo de 09/11/2015.

Prazo Fazendo Pública – Contestação: Existem 10 documentos, sendo o mais antigo de 30/09/2015.

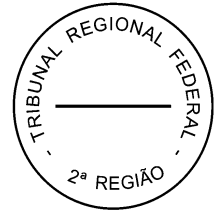
Prazo Fazendo Pública – Diversos: Existem 52 documentos, sendo o mais antigo de 11/11/2015.

Prazo Fazendo Pública – Recurso: Existem 10 documentos, sendo o mais antigo de 09/11/2015.

Prazo Recurso: Existem 05 documentos, sendo o mais antigo de 31/08/2015.

Prazo Réus – Diversos: Existem 16 documentos, sendo o mais antigo de 28/10/2015.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 24/11/2015, às 17:00h.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foram verificados os seguintes locais:

. Virtuais:

Cadastrar RPV/ Precatório: Existem 11 documentos, sendo o mais antigo de 13/10/2015.

Expedir alvará: Existem 02 documentos, sendo o mais antigo de 26/10/2015.

Expedir mandado: Existem 09 documentos, sendo o mais antigo de 18/11/2015.

Expedir ofício:

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 24/11/2015, às h.

### 1. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA: (Art. 189 da CNCR)

Posição em	17/11/2015
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	7
Documento	6
Total Geral	13
Posição em	03/08/2015

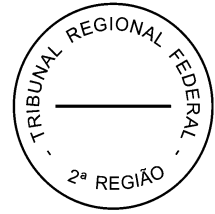
Por amostragem, foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

i. Segredo do Sistema:

00062401620124025101 - **Encontra-se com sigilo de sistema sem que, s. m. j., tenha sido localizada determinação para tal.**

00135937320134025101 - **Encontra-se com sigilo de sistema sem que, s. m. j., tenha sido localizada determinação para tal.**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00211926320134025101 - **Encontra-se com sigilo de sistema sem que, s. m. j., tenha sido localizada determinação para tal.**

00148206420144025101 - Regular a informação no sistema Apolo (sigilo do sistema), bem como a ordem judicial respectiva (em 24/11/2014).

ii. Segredo de Peças:

00412719720124025101 - **Encontra-se com sigilo de peças sem que, s. m. j., tenha sido localizada determinação para tal.**

00412728220124025101 - **Encontra-se com sigilo de peças sem que, s. m. j., tenha sido localizada determinação para tal.**

00148197920144025101 – Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 01/12/2014).

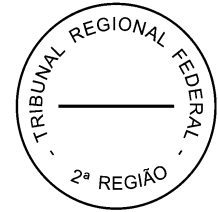
Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 17/11/2015.**

## 2. PUBLICAÇÕES

(Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	11/2014 a 10/2015
	Processos	6.371
	Boletins	440
	Média (Proc. / Bol.)	14,48
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	10,03

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 17/11/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam 38 processos com prazo vencido, sendo os seguintes mais antigos:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0002307-74.2008.4.02.5101	AUTOR	01/07/2015	09/07/2015	132
0012342-16.1996.4.02.5101	PERITO	09/07/2015	24/07/2015	117
0007338-07.2010.4.02.5101	DPU	07/07/2015	27/07/2015	114
0156774-98.2014.4.02.5101	CEF	14/11/2014	28/04/2015	204
0019757-59.2010.4.02.5101	AGU	19/11/2014	28/11/2014	355

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 18/11/2015, vencidos e não devolvidos até 18/11/2015 e consultas ao Apolo, posição até 18/11/2015.

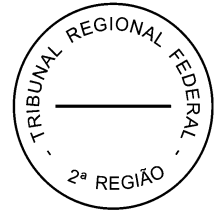
### → SUSPENSÃO DE PROCESSOS

#### 1. Número total de processos suspensos (em 18/11/2015):

Cíveis: 1.052

#### 2. Motivos da Suspensão

- aguarda decisão de instância superior: 626
- aguarda cumprimento de obrigação de fazer: 01
- cumprimento precatório/RPV: 38
- embargos à execução: 143
- outros - fase conhecimento: 52
- outros - fase/processo execução: 44
- parcelamento: 08
- repercussão geral (CPC, art. 543-b e § 1º): 140



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

### 3. Análises dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

a) Aguarda decisão de Instância Superior: 626 processos

00187246820094025101

00010848120114025101

00011549820114025101

00011653020114025101

00273475820084025101

Processos suspensos a partir de junho e/ou julho/2011, com ordem judicial. Tema com reconhecimento da existência de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário 591797 e do Agravo de Instrumento 722834, Rel. Min. DIAS TOFFOLI.

**Smj, recadastrar os 4 processos acima com o motivo de suspensão mais específico "Repercussão Geral - Art. 543-B, do CPC".**

b) Aguarda cumprimento de obrigação de fazer: 01

00191420620094025101 -

**smj, recadastrar com o motivo "Repercussão Geral - Art. 543-B, do CPC".**

c) Cumprimento de precatório/RPV: 38

00115276220094025101

00013111320074025101

00469118120124025101

00144619020094025101



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00194579720104025101

**Apenas este com RPV 20140400162 depositado em 30/05/2014, liberado para saque em 10/06/2014. Smj, cessado o motivo da suspensão desde junho/2014. reativar os autos.**

d) EMBARGOS À EXECUÇÃO: 143

00071720920094025101

00009920620114025101

00204946220104025101

00014632819884025101

06042982219004025101

e) OUTROS - FASE CONHECIMENTO: 52

00045002820094025101

00054182720124025101

000656864819924025101

00068481420124025101 - **execução** de sentença contra faz. pública  
**Smj, recadastrar com o motivo "outros - fase/processo de execução"**

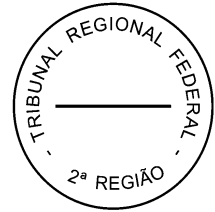
00088768620114025101

**Smj, recadastrar com o motivo "aguarda decisão de instância superior".**

f) OUTROS - FASE/PROCESSO EXECUÇÃO: 44

00339654820104025101

00681438219944025101



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00196025620104025101 - execução contra a fazenda pública - FUNASA  
Diante da autuação dos Embargos à Execução, suspenso o processo principal, a partir de 13/12/2011.

**Smj, deveria estar cadastrado com o motivo "Embargos à execução".**

00231775819994025101

**Smj, recadastrar com o motivo "aguarda decisão de instância superior"**

00462657120124025101 - embargos à execução

Processo suspenso a partir de 17/10/2013, por 180 dias, com ordem judicial, até que seja comprovada a homologação da desistência na ação coletiva.

**Smj, verificar a condição suspensiva na ação coletiva, dado o transcurso do tempo (2 anos).**

g) PARCELAMENTO: 08

00127268520104025101

00414607520124025101

01057494219974025101

00170077019994025101

00135000419994025101

**Smj, dar cumprimento ao despacho publicado em 07/10/2014.**

h) REPERCUSSÃO GERAL (CPC, art. 543-B e § 1º): 140

00063958720104025101

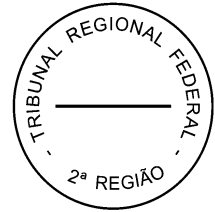
00050363920094025101

00255496220084025101

00011081220114025101

00263937520094025101

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 18/11/2015 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 24/11/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **SENTENÇAS**

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

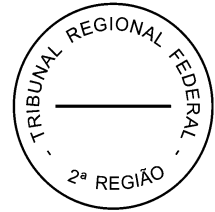
Total: 916 (de 01/11/2014 a 31/10/2015)

**1. FINAL PAR: 449**

- a. Convertidas em diligência: 44
- b. De expediente : 01
- c. Embargos de declaração acolhidos : 12
- d. Embargos de declaração acolhidos em parte: 03
- e. Embargos de declaração rejeitados: 20
- f. Resolução de mérito:
  - i. Conciliação/transação homologada: 03
  - ii. Extinção da execução: 05
  - iii. Improcedente: 85
  - iv. Procedente: 44
  - v. Procedente em parte: 35
  - vi. Reconhecida prescrição/decadência: 07
  - vii. Renúncia do direito em que se funda a ação: 07
- g. Sem resolução de mérito:
  - i. Sem resolução de mérito: 83
  - ii. Desistência da ação: 17
- h. **Vazias: 87**

**2. FINAL ÍMPAR: 467**

- a. Convertidas em diligência: 55
- b. De expediente : 01
- c. Embargos de declaração acolhidos : 11
- d. Embargos de declaração acolhidos em parte: 02
- e. embargos de declaração rejeitados: 14
- f. Resolução de mérito:
  - i. Extinção da execução: 07



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

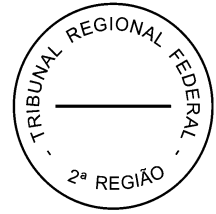
- ii. Improcedente: 79
  - iii. Procedente: 56
  - iv. Procedente em parte: 27
  - v. Reconhecida prescrição/decadência: 01
  - vi. Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu: 01
  - vii. Pedido procedente com tutela deferida: 01
  - viii. Pedido procedente em parte com tutela deferida parcialmente: 01
- g. Sem resolução de mérito: 71
- i. Denúncia/queixa rejeitada: 03
  - ii. Desistência da ação: 20
  - iii. Indeferimento da petição inicial: 01
- h. **Vazias: 116**

**→ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA**

**(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)**

Observa-se que o juízo correccionado classifica adequadamente as sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011). Foram inspecionados os seguintes processos:

Com relação a classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):**

00218529620094025101  
01850686320144025101  
00283984120074025101  
00273247820094025101

00029558320104025101:  
Sistema Apolo: classificação "Vazias"

**2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):**

0000650-92.2011.4.02.5101  
0000654-32.2011.4.02.5101  
0009091-04.2007.4.02.5101

**2.1 Sem classificação no corpo da sentença:**

Na coleta por amostragem, não foram encontradas sentenças sem classificação no corpo da sentença.

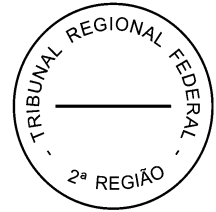
**3. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):**

0004088-97.2009.4.02.5101  
0061342-18.2015.4.02.5101  
0009751-51.2014.4.02.5101  
0010785-66.2011.4.02.5101  
0015722-56.2010.4.02.5101

**3.1 Sem classificação no corpo da sentença:**

Na coleta por amostragem, não foram encontradas sentenças sem classificação.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**4. Sentenças tipo D-1 (penal condenatórias) e E1 (extintivas de punibilidade - art. 107, CP):**

Não se aplicam.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 27/11/2015

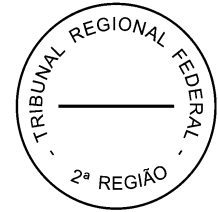
➔ **CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)**  
**(Art. 217 da CNCR):**

*Segundo o Questionário pré-correição, as prioridades legais e os processos incluídos em Meta/CNJ são identificados pelos processantes, mediante identificadores próprios e de urgência, no tocante ao acervo virtual, ou inclusão de etiquetas na capa dos autos, no caso dos processos físicos.*

*Além dos processos de Meta/CJN, dá-se prioridade aos processos urgentes (como nos casos da Convenção da Haia, mandados de segurança e ações de improbidade).*

*Nesses processos, o andamento processual é monitorado, com o auxílio das listagens próprias, a fim de lhes conferir a devida prioridade no processamento e julgamento, tanto pela Secretaria como pelo Gabinete o Juízo, conforme divisão de tarefas descrita no item relativo à organização da Vara (...).*

*Para os demais feitos, tem-se como critério para a prolação de sentença, a verificação dos processos com conclusão mais antiga, bem como dos processos mais antigos por data de autuação.*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## → LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Segundo o Questionário pré correição enviado em 11 de novembro de 2015:

*O controle do prazo para prolação de sentenças é verificado por meio de listagem dos processos mais antigos, obtida no programa Apolo – Consulta e Certidões, sendo a partir daí estabelecidas metas no gabinete com vistas à redução do acervo. A prioridade, via de regra, tem como referência a data de conclusão mais antiga, a par dos processos com distribuição mais antiga. Paralelamente, é dado prioridade também à prolação de sentença em processos de rito mais célere, como mandado de segurança, ação civil pública, embargos de declaração, e em processos incluídos nas metas estabelecidas pelo CNJ, bem como os que já possuem fundamentação similar (padronizados) e, principalmente, os processos de competência especializada dessa 4ª Vara Cível, nos termos da Resolução nº T2-RSP-2012/00063.*

Fonte: Questionário pré-correição, OFÍCIO Nº JFRJ-OFI-2015/14043, de 11/11/2015

## → EXECUÇÃO

(art. 333 da CNCR)

### 1. FASE 18:

		Execução de sentença	Trâmite	suspensão	recursos	Total
Processos	Com Sentença	<b>Informada</b>	333	120	9	462
		<b>Não Informada</b>	305	354	696	1355
		<b>Natureza Executória</b>	36		9	17
	<b>Total</b>		674	483	722	1879

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 17/11/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 01/11/2014 a 31/10/2015):**

- a. Físicos: 132
- b. Eletrônicos: 168
- c. Total de requisições: 300
- d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 1.055 dias.

**- RPV's:**

- . Cadastrados: 94
- . Enviados: 135

**- Precatórios (Parcela única):**

- . Cadastrados: 19
- . Enviados: 52

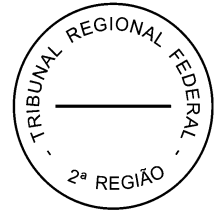
**- Precatórios Parcelados: 00**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 17/11/2015.

**→ GRANDES DÉBITOS**  
**(Arts. 272 e 273 da CNCR)**

Não se aplica

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, d). Ofício n. JFRJ-OFI2015 14043



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD**  
**(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)**

Conforme informação prestada no questionário pré-correição do juízo correicionado, há atualmente 08 ordens de bloqueio cadastradas no sistema Bacenjud.

De acordo com informações prestadas pelo juízo, a minuta de bloqueio é cadastrada no sistema Bacenjud e os autos são encaminhados à Juíza competente para protocolização da minuta no sistema.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e). Ofício n. JFRJ-OFI2015 14043

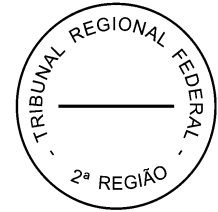
**→ LEILÕES**  
**(Arts. 270 A 290 da CNCR)**

O órgão correicionado informa que Estão designados leilões nos autos dos processos 0004090-53.1998.4.02.5101 e 0017662-56.2010.4.02.5101, sendo certo que ainda não ocorreram.

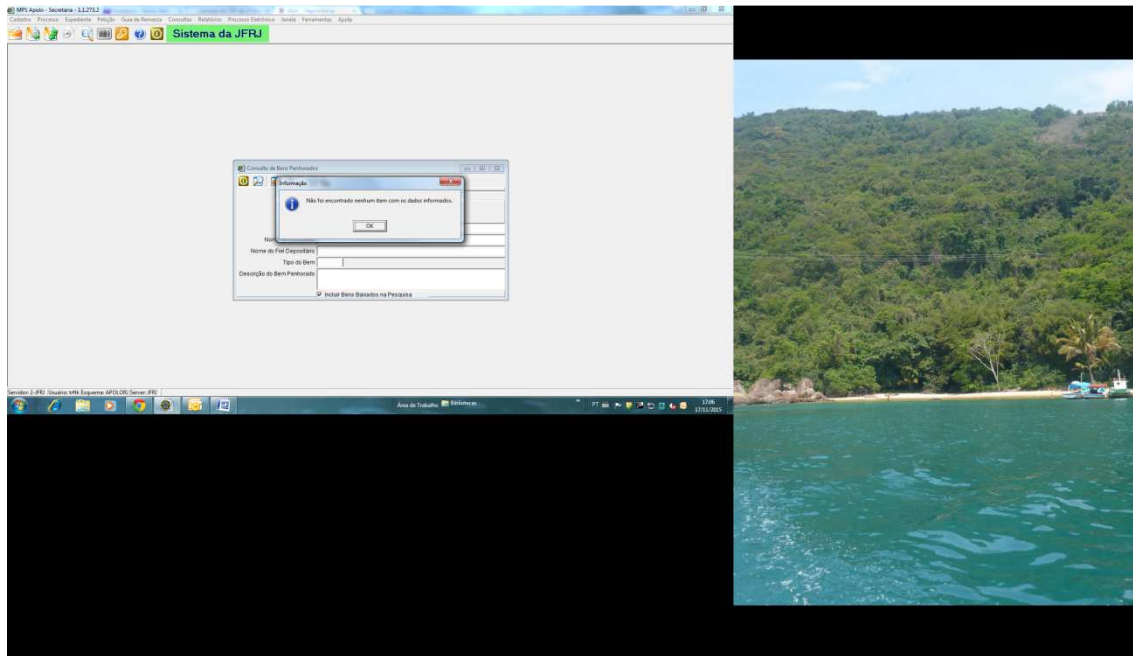
Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).

**→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**  
**(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

De acordo com o questionário pré-correição não se aplica. Porém, registrou, que as constrições de valores via Bacenjud, após realizadas as transferências dos montantes bloqueados através de penhora *on line* para conta de depósito judicial, são registrados no sistema processual Apolo, sendo informado o montante constrito e a data da constrição.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 17/11/2015.

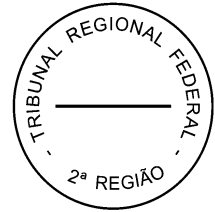
## ➔ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005, e arts. 242 a 247 da CNCR):

Não foram analisados os processos, nos termos do art. 242, § 1º, da CNCR, pois não constam da listagem quaisquer bens que possuam conteúdo econômico, ou que sejam passíveis de perdimento ou expropriação, nem tampouco de utilização restrita ou proibida.

O Relatório de Material Apreendido/Acautelado extraído em 17/11/2015 relata apenas 2 cds com ressonância magnética bem como mais 2 cds identificados como SINAMGE e SINOG.

Entretanto, o Questionário pré-correição enviado através de Ofício JFRJ-OFI-015 14043, relata a fls. 22/23 várias mídias e documentos sem conteúdo econômico. O Juízo também relatou que o material acautelado é colocado no cofre do Juízo, em regra, salvo no caso de não haver espaço para tanto (visto que o cofre é pequeno), quando é colocado no armário da Juíza Titular da Vara.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Registrou-se que, por ocasião das inspeções ordinárias anuais, tal material é revisto, fazendo-se uma checagem do que já pode ser devolvido às partes.

As determinações de acautelamento ocorrem por despacho no respectivo processo, procedendo-se à lavratura dos termos de acautelamento, que são juntados aos autos, sendo certo que uma via permanece com o material acautelado, que é guardado no cofre do Juízo localizado no apoio ao gabinete.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo, e consultas ao Apolo, **posição até 17/11/2015.**

**→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS**  
**(Art. 147 a 151 CNCR)**

De acordo com o questionário pré-correição, enviado através do Ofício N° JFRJ-OFI-2015/14043, de 11 de novembro de 2015:

*“5. LIVROS E PASTAS (arts. 147 a 151 da CNCR)  
Os livros e pastas da 4ª Vara Federal encontram-se em situação regular e seguem abaixo listados:*

- *livro de ponto dos servidores;*
- *livro de carga de autos a advogados;*
- *livro de reclamações (registrando-se que não consta nenhuma reclamação);*
- *livro de entrega de autos às partes sem traslado (usado para entrega de autos, petições e ofícios que são recebidos por equívoco neste Juízo); Distribuição, Contadoria, Núcleo de Conciliação e Arquivo);*
- *pasta de atos do plantão judicial;*
- *pasta de inspeção judicial;*
- *pasta de remessa de autos ao MPF;*
- *pastas de remessa de autos à União Federal (PRU, PRF, Fazenda Nacional);*
- *pasta de remessa de autos à DPU;*



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- *pasta de remessa de autos à CEF;*
- *pasta de remessa de autos ao BACEN;*
- *pasta de remessa de autos ao TRF2;*
- *pasta de processos recebidos do TRF2;*
- *pasta de processos recebidos da distribuição;*
- *pasta de processos recebidos da contadoria;*
- *pasta de processos recebidos do núcleo de conciliação;*
- *pasta de processos e expedientes recebidos do protocolo;*
- *pasta de processos recebidos do arquivo;*
- *pasta de petições recebidas;*
- *pasta de proc. e expedientes enviados para outras varas;*
- *pasta de pedidos de desarquivamento; e*
- *pasta de processos retirados da secretaria para cópia.*

Por sua vez, nos termos do relatório de inspeção anual, enviado através do ofício n. JFRJ-OFI-2015/08298, de 22 de maio de 2015, nada foi relatado a respeito.

Fonte: Questionário pré-correição e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/14043).

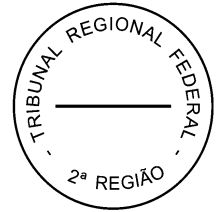
## → ESPAÇO FÍSICO

O órgão correicionado encontra-se instalado em prédio próprio da Justiça Federal sito à Avenida Rio Branco, 243, Centro, Rio de Janeiro/RJ

De acordo com o Questionário pré-correição, item 4 (fls. 29):

*“A situação das instalações físicas do setor é, no geral, boa, embora o espaço do apoio do Gabinete seja menor do que o ideal.”*

Fonte: Questionário pré-correição e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/14043 e 08298).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **METAS FIXADAS PELO JUÍZO**

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

**6.2.1 Três meses:**

- *incrementar o número de processos julgados em comparação com o número de processos distribuídos, na medida do possível, levando em consideração o número de processos conclusos para sentença, bem como o número de processos distribuídos, que foram baixados do TRF por força Provimento nº T2-PVC- 2010/00088 de 17/12/2010, e alterações subsequentes, e que não ensejarão a prolação de sentença;*
- *julgar todos os processos relacionados à Meta 4 conclusos para sentença;*
- *julgar todos os processos conclusos para sentença até 2014 (aproximadamente, 20 processos);*
- *julgar todos os processos conclusos para sentença com autuação até 2012.*

**6.2.2 Seis meses:**

- *reduzir, ainda mais, o número de processos conclusos para sentença;*
- *priorizar a conclusão da instrução e julgamento de todos os processos distribuídos até 2012, ressalvados os casos de suspensão justificada do processo.*

**6.2.3 Um ano:**

- *reduzir o tempo de julgamento dos processos com conclusão para sentença, de modo que todas as sentenças sejam prolatadas no prazo limite de 180 (cento e oitenta) dias contados da conclusão.*

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Simonetti Bolivar Muniz da Silva, Mat. n.º 11.892  
Tessa Karst Tavela, Mat. n.º 11.777